

UMA MICRO-HISTÓRIA ATLÂNTICA DO INFAME E CLANDESTINO COMÉRCIO: JOAQUIM DE ALMEIDA, O LIBERTO AFRICANO TRAFICANTE DE AFRICANOS

Andressa Antunes*

Resenha de PARÉS, Luis Nicolau. *Joaquim de Almeida: A história do africano traficando que se tornou traficante de africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

Um subtítulo como o do mais recente livro de Luís Nicolau Parés (professor associado no departamento de Antropologia da UFBA) parece ter contribuído para chamar a atenção de um público leitor específico, aquele que se diz ávido por “uma história que as escolas não contam”¹. Em *Joaquim de Almeida: A história do africano traficando que se tornou traficante de africanos*, publicado pela Companhia das Letras em janeiro em 2024, Parés adentra um mundo bastante complexo do “comércio graúdo”, do “comércio miúdo”, da circulação de comerciantes e do traslado de libertos entre o Brasil e a Costa Ocidental da África durante o período da ilegalidade do tráfico de escravizados. O fio condutor da obra é a biografia de Joaquim de Almeida, um homem africano mahi escravizado que, antes mesmo de alcançar a sua libertação civil, já havia se envolvido nos negócios atlânticos do seu senhor. Acumulando significativo pecúlio ainda sob a condição de cativo, manteve-se ativo e cada vez mais próspero no comércio marítimo depois de liberto. Retornou definitivamente à África em 1844, tornando-se um potentado em Agoué, no atual Benim.

É possível que a escolha pelo subtítulo tenha satisfeito os interesses do autor e da editora, que talvez sejam os de, a partir de suposta polêmica (p. 10), alcançar um público-leitor que está, como disse, ávido por esse tipo de provocação histórica. A produção bibliográfica do autor lhe deu a oportunidade de, a partir da biografia de Joaquim de Almeida, enfrentar um tema considerado tão desconfortável quanto atrativo – contrariando opiniões temerosas quanto à produção historiográfica dos casos (de número ínfimo) de libertos africanos enriquecidos com o infame comércio. Como o próprio autor adverte em seu prefácio, o livro é composto de reflexões anteriores, publicadas em separado na forma de artigos (p.14), mas apresenta também reflexões inéditas. A face humana bastante singular de Joaquim de Almeida garantiu inteligibilidade entre esses textos. E a aparente contradição que emergiu da vida desse sujeito foi escolhida para subintitular a obra: *africano traficando que se tornou traficante de africanos*.

* Mestra (2022) e doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Este trabalho constitui umas das atividades desenvolvidas sob fomento de bolsa de demanda social da CAPES, à qual agradeço (código 001). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1533-5308>. E-mail: andressa.antunes@aluno.ufop.edu.br
rDoutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: maria_eduarda_mb@hotmail.com

¹ Tópica frequentemente mobilizada pelos comentaristas do anúncio da publicação nas redes sociais da editora.

A aliteração inerente da repetição das palavras “africano” e “traficante” atribui ritmo ao subtítulo, algo que pode ser considerado bem-quisto no mercado editorial. Por outro lado, ao meu ver, também contribui para enunciar de modo inequívoco as condições contrastantes, opostas, aparentemente incompatíveis que Joaquim experimentou em sua vida. Num primeiro momento, sofreu a ação na voz passiva – foi traficando; num segundo momento, de modo voluntário, segundo o que permite supor o uso de “se tornou”, o radical do termo que antes o identificava (traficando) passou a compor o seu predicativo (traficante). Acredito que é conveniente chamar a atenção para este jogo de palavras, o que fiz ao resenhar outra obra, pois a escolha por evidenciar momentos de “voz ativa” e de “voz passiva” nada tem de fortuito; é uma fórmula simples, embora sofisticada, de evidenciar as contingências das vidas dos sujeitos históricos e de conectar as dimensões macro e micro que incidem sobre suas trajetórias.

Conquanto o subtítulo parece ter alcançado o tal público ávido por “histórias que não são contadas”, Parés é cauteloso ao reiterar, em diversos momentos do livro, que a trajetória do liberto Joaquim constitui uma exceção que confirma a regra – o que deve ter, de modo oportuno, desanimado aqueles leitores que talvez pretendessem extrair da obra um valor ideológico generalizante. O autor assevera: “Vale a pena insistir: o tráfico de escravos transoceânico foi uma empresa capitalista essencialmente branca, a serviço dos interesses escravistas de uma classe senhorial euro-brasileira” (p. 11).

Em que pese a recorrência dessas afirmações cautelares, penso que a opção teórico-metodológica da pesquisa apresenta uma complexidade inerente, que é notável em toda o livro, tornando dificultosa qualquer tentativa de simplificação narrativa – eventualmente orientada a um propósito incompatível com a obra. A alternância de escalas operada pelo autor faz que o livro se incorpore a uma iniciativa historiográfica, já bem fundamentada, que propõe a observação orgânica dos objetos, apreendidos em caráter macro e em caráter micro, já denunciadas no subtítulo da obra, conforme demonstrei.

Se a historiografia de a partir dos anos 1980 lançou críticas às macro-narrativas, preocupadas com as análises das estruturas, não é menos verdade que as propostas de recortes fragmentados, os contextos pormenorizados e o cotidiano de grupos específicos têm sido considerados insuficientes. Insuficientes, ao menos, perante os interesses emergidos de uma ideia difusa de globalização e da crítica sistemática ao nacionalismo metodológico na historiografia. Exemplo dessa iniciativa é a apreensão de um Mundo Atlântico, convencionado a partir das intensas relações comerciais, políticas e culturais operadas pelos “sujeitos atlânticos”. Para a análise das relações políticas e, em maior grau, das relações laborais e culturais, a história da escravidão africana tem sido beneficiada por essa mirada teórico-metodológica. O livro de Parés se integra a essa iniciativa, contribuindo para a noção de uma

² Vale lembrar que a história de Joaquim de Almeida já foi aludida em livro bastante referenciado por signatários de movimentos político-ideológicos de extrema-direita no Brasil.

“comunidade atlântica” dinamizada por sujeitos diaspóricos singulares.

A obra se integra também a uma outra iniciativa, já bastante conhecida e que informou variadas pesquisas no Brasil, sob o sucesso da divulgação por seus precursores. A Micro-História admitiu aos estudos da escravidão a atenção às interações locais e aos atores sociais não visibilizados pelas macro-narrativas, e cujas ações podiam redundar contraditórias às expectativas deferidas por uma síntese globalizante. Interpretações reducionistas acerca da Micro-História poderiam considerá-la incompatível com uma abordagem atlântica ou global. No entanto, conforme Henrique Espada Lima lembra – para citar um entre os muitos exemplos brasileiros de repercussão desta metodologia – a Micro-História é plenamente capaz de abarcar a “necessidade de integrar as singularidades da realidade histórica com os processos sociais de grande fôlego e longo alcance” (LIMA, 2015, p. 583). O que tem sido percebido e colocado em prática por diversos pesquisadores, interessados em operar uma alternância de escalas, sem que haja qualquer constrangimento entre elas. No caso de Parés, o autor faz uma análise entre “a ‘agency’ e a estrutura, examinando, em especial, as redes sociais em que está inserida, tentando situá-la num entorno de relações que permitam transcender a experiência individual em epifenômeno coletivo” (p. 13). As escalas *macro* e *micro* são visualizadas ao longo de todo o enredo. Recorre-se, ainda, à metodologia da ligação nominativa para mapear as redes de sociabilidade de Almeida.

O livro é composto por sete capítulos e um epílogo. Porque a vida de Joaquim é o fio condutor da narrativa, os capítulos adentram às relações domésticas e pessoais do liberto, bem como às dinâmicas comerciais e políticas de caráter atlântico que envolviam a atividade mercantil de Almeida e seus parceiros. No primeiro capítulo, intitulado *A carta de alforria: Entre a escravidão e a liberdade*, Parés transporta o leitor para o interior da casa baiana onde foi assinada a manumissão de Joaquim de Almeida, em 1830. A ocasião parece ter sido escolhida para iniciar a história, não só por ter inaugurado a vida de liberdade civil de Almeida, mas porque introduz os múltiplos significados e implicações da liberdade dos alforriados durante a primeira metade do século XIX. Joaquim de Almeida teria acompanhado o seu senhor e lucrado com transações marítimas antes da sua libertação, o que lhe permitiria a compra da alforria. Nessas atividades, tornou-se falante da língua portuguesa e de algumas africanas, além de ter aprendido a escrever. A partir da libertação de Almeida e da abordagem das proibições do tráfico de africanos que se inauguraram em 1826, prepara-se o caminho para a trajetória de Almeida e do próprio trânsito comercial e clandestino pelo Atlântico, conectando as margens americana e africana banhadas por este Oceano.

No capítulo seguinte, *Registros de batismo, irmandades e outras redes*, Parés lança mão da importância da vida associativa dos escravizados e libertos nos séculos XVIII e XIX, já bem fundamentada pela historiografia das irmandades, confrarias e ordens terceiras. A partir do vínculo religioso –

cujo natureza atlântica tem estado em voga entre os estudiosos do tema – o autor permite aprofundar o panorama sobre a sociabilidade negra de Almeida. Uma complexa rede social formada entre cativos e libertos era alimentada por afinidades étnicas, religiosas e comerciais, materializadas no apadrinhamento dos batizados e no assento confraternal. Para o autor, o envolvimento de Almeida com essa rede, bem como o de parceiros que também adentrariam o comércio atlântico é sinal do papel fundamental que a religiosidade católica jogava para os libertos africanos que almejavam alcançar algum grau de prestígio face a sociedade de matriz política e religiosa europeia que se instalara na América. Incorre-se, no entanto, numa relação que parece ser instrumentalizada entre os libertos e a vida associativa, o que denota à iniciativa da sociabilidade religiosa negra um grau de superficialidade dificilmente comprovável. Sem dúvida as irmandades corresponderam a instituições de enquadramento cultural, o que não significa dizer, por outro lado, que os seus partícipes se utilizassem do assento apenas para sanar aspirações materiais ou mundanas.

A Revolta dos Malês, evento crucial na história da escravidão negra na Bahia, no Brasil na e África Ocidental, tem lugar no terceiro capítulo, quando Parés trata d'*As motivações para o retorno à África*. Após a Revolta, ganhou vulto na sociedade baiana uma retórica multifacetada, que defendia a deportação dos africanos libertos identificados como procedentes da Costa da Mina, tendo como ponto aglutinador o perigo de um novo levante. Para o autor, os retornos “voluntários” – em grande medida, na verdade, coagidos pela perseguição pós-Revolta – tiveram como importante força motivadora as políticas de vigilância ao tráfico ilegal de escravizados, atividade com a qual Joaquim de Almeida e outros libertos adquiriam alto lucro. Se escolhessem pelo retorno à África e passassem a residir na costa africana, esses libertos encontrariam maior liberdade e “maior expectativa de lucro no embarque de escravizados e de outras mercadorias para os mercados do Brasil e, sobretudo naqueles anos, de Cuba” (p. 81).

Nos capítulos 4 e 5, Parés trata de forma mais detida da rede comercial partindo da costa africana, sobretudo de Agoué e Uidá. Na rede mercantil “miúda”, as mulheres tiveram papel destacado, o que é bastante bem aproveitado pelo autor. A partir dessas localidades africanas, Almeida alcançou o comércio graúdo, mantendo relações com a Bahia e com o Caribe, representado por Cuba. A empreitada comercial do liberto, segundo Parés, logrou êxito em função da proibição do comércio atlântico de escravizados, o que inflacionou o preço da *mercadoria* mais rentável comercializada por Joaquim de Almeida – escravizados africanos. No capítulo sexto, *A Costa da Mina em transição*, finalmente podemos ter contato com uma carta escrita por Joaquim de Almeida, cuja matéria pretende aliviá-lo do atraso em satisfazer uma dívida deixada na Bahia. O capítulo também marca o início do período final da vida de Almeida, quando permanece na

Costa da Mina, a partir de 1844. Abordando o contexto dos acordos comerciais, de plantação e de arrendamento fundiário feitos por Joaquim, o autor caracteriza a região africana nesse período como transitória.

No último capítulo, *O catolicismo e a grande família africana*, Parés termina por desnudar a face complexa de Joaquim de Almeida, reflexo, naquele período, da própria região de Agoué, onde o comerciante se estabeleceu na última década de vida. Libertos retornados do Brasil à Costa da Mina ficaram reconhecidos por terem introduzido a religião católica em Agoué, e a partir, sobretudo, da “grande família” de Almeida, a região passou a conviver com essa religião. Essa introdução não se deu segundo os moldes do proselitismo católico mais característico, conforme Parés defende, pois a religião era identificada a uma cultura branca (brasileira, de todo modo) praticada por distintos potentados locais, como era o caso de Joaquim. Para o liberto, no entanto, segundo o autor, a religião católica teria jogado papel decisivo, contribuindo para manter uma posição local de autoridade e controle social, além de figurar como signo de prestígio perante os comerciantes europeus. A religião católica e a formação de grandes famílias em Agoué, das quais a de Almeida é um dos exemplos mais notáveis, criaram as condições para a coesão de uma comunidade diaspórica envolvida com o comércio atlântico.

O livro *Joaquim de Almeida: A história do africano traficado que se tornou traficante de africanos* de Luís Nicolau Parés apresenta indiscutíveis contribuições empíricas, em função da diversidade de arquivos consultados, e dos tipos variados de fontes analisadas. Da contribuição empírica, emerge a contribuição metodológica, pois o autor se utiliza de documentação manuscrita colhida em acervos nacionais e internacionais, bem como da memória oral, repercutida e valorizada pelos descendentes de Almeida, ainda vinculados a Agoué. Os tipos documentais se auxiliam na elaboração da narrativa, uns preenchendo as lacunas deixadas por outros. Penso que a operação deve encorajar pesquisadores e pesquisadoras – sobretudo, os(as) mais jovens em carreira – a se aventurarem por tipos diversificados de documentação, sempre que o objeto assim o permitir. Há que se destacar, ainda, a liberdade que o autor se dá ao envolver o conteúdo dos manuscritos em um exercício imaginativo autoral, ao narrar curtos acontecimentos, quase sempre nos inícios dos capítulos. O que pode ser visto como estranha ousadia por historiadores menos dispostos a esse tipo de prática, certamente confere uma amenidade inofensiva ou até salutar à interpretação assaz competente das fontes.

A análise do enredo atlântico no qual Joaquim de Almeida esteve envolvido, aliás como um dos protagonistas durante o período da clandestinidade do tráfico, encaminha uma conclusão profícua para o estudo acerca dos africanos ou descendentes libertos no Brasil. Essa conclusão é certamente produto da abordagem teórico-metodológica de Parés, à qual temo-nos referido como uma *Micro-História Atlântica*. A partir da década de 1820, os africanos anteriormente escravizados não tiveram outro lugar senão o de eternos estrangeiros, *outsiders*,

em um contexto de novas definições das políticas e das fronteiras nacionais (SILVA, 2015). O acesso às novas configurações nacionais de cidadania lhes seria praticamente impossível. Por outro lado, a biografia de Joaquim de Almeida lança luz sobre um mundo comercial e cultural atlântico que operava a pleno vapor na ilegalidade; mundo oposto ao dos projetos nacionais em discussão à época, orientados a fazerem funcionar as engrenagens da máquina capitalista. Contribui para o sucesso desta máquina as ações de figuras como Joaquim de Almeida, que, segundo Parés, aludem a “uma modernidade alternativa que emergia nas frestas do poder hegemônico” (p. 193) e a perspectivas diversas de laços comunitários, pautadas na *grande família* (poligâmica) e no beneficiamento social a partir da religiosidade católica. Aspectos da biografia de Almeida que, entre outros, desnudados a partir da *alternância de escalas*, dificilmente teriam sido abarcados pela história da formação das estruturas do mundo capitalista, e que jamais permitiriam reduzir esta trajetória singular a uma interpretação meramente unilateral.

Referências

ANTUNES, Andressa. Voz ativa, voz passiva, voz narrada: a diáspora dos courás no escravismo atlântico. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02505529>.

LIMA, Enrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul.-dez., 2015.

MAIA, Moacir R. de Castro. De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, 304p.

SILVA, Luís Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*. Guarulhos, n.11, p.571-632, dez. 2015.

Resenha de PARÉS, Luis Nicolau. *Joaquim de Almeida: A história do africano traficado que se tornou traficante de africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. **RESUMO**

Resenha; Escravidão; Micro-história; Mundo atlântico. **PALAVRAS-CHAVE**

Book review of PARÉS, Luis Nicolau. *Joaquim de Almeida: A história do africano traficado que se tornou traficante de africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. **ABSTRACT**

Book review; Slavery; Microhistory; Atlantic world. **KEYWORDS**

RECEBIDO: 25.05.2023
ACEITO: 11.06.2023

ANDRESSA ANTUNES

Mestra (2022) e doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Este trabalho constitui umas das atividades desenvolvidas sob fomento de bolsa de demanda social da CAPES, à qual agradeço (código 001). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1533-5308>.

andressa.antunes@aluno.ufop.edu.br

E-mail: